



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA**

ATA NA ÍNTEGRA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**Local: Centro de Educação Ambiental Parque Estadual do Pau Furado
Acesso pela estrada municipal 30 / Km 13 (antiga estrada do Pau Furado)
Uberlândia/MG**

Data: 14 de novembro de 2014 às 10h00min

Aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro do ano de 2014 (dois mil e quatorze), realizou-se no Centro de Educação Ambiental Parque Estadual do Pau Furado, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 114ª (centésima quarta) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Sr. (senhor) Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, 2º (segundo) Suplente da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Sr. Gilberto Carlos de Freitas, Titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Francisco de Macedo Fraietta, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sra (senhora) Patrícia Metz Peixoto, Titular da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. 1º (primeiro) Sargento Geraldo Hélio de Lima, 1º Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Hélio Francisco Queiroz, 1º Suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA); Sra. Thaís Martins Fatureto, 1ª Suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Sr. Claudomiro Aparecido da Silva, Titular do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba – PN1; Sr. Thiago Alves do Nascimento, 1º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sr. João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes, 2º Suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Marcio Adriano Bochio, 1º Suplente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Minas Gerais (ABES/MG); Sr. José Eustáquio da Silva, 1º Suplente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, Titular da Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Alexander Martin Silveira Gimenez, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ); Sra Ana Lúcia Britto da Cruz, Titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Item 1. **Execução do Hino Nacional Brasileiro.** Item 2 da pauta. 2. **Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Júnior.** Eu vou ler aqui para os senhores o Ofício nomeando a mim para presidir essa Reunião. “Belo Horizonte, 30 de Outubro. Senhores Conselheiros, diante da impossibilidade de comparecimento do Titular e da 1ª Suplente representantes da SEMAD junto à Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), conforme composição estabelecida pela Deliberação COPAM 491 de 2013, indico o Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para presidir a 114ª (centésima quarta) Reunião Ordinária (RO)



do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), que será realizada no dia 14 (quatorze) de novembro de 2014 às 10 horas no Município de Uberlândia. Assinado pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Danilo Vieira Júnior. Item 3 da Pauta. **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Eu só queria fazer duas observações rápidas. Primeiro pedir desculpas aos senhores Conselheiros pela reunião nesse local, hoje está um pouquinho desconfortável para os senhores Conselheiros, mas porque, como eu disse anteriormente, hoje é um dia simbólico tanto para o Instituto Estadual de Florestas quanto para este Conselho. Eu não sei se os senhores sabem, essa Unidade de Conservação, esse Parque Estadual ele começou nesse Conselho. Esse Parque Estadual é uma Condicionante de um Licenciamento Ambiental determinada por esse Conselho. Então, nós achamos por bem fazer essa reunião aqui até para homenagear e agradecer aos senhores Conselheiros. Então, em nome do Instituto Estadual de Florestal eu agradeço a este Conselho por propiciar ao Instituto Estadual de Florestal essa nova Unidade de Conservação. Queria também comunicar que é a primeira participação dos Conselheiros representante da Prefeitura Municipal de Uberlândia, Thaís Martins Fatureto, ela entra como 1ª Suplente e representante do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ), o Sr. Alexander Martin Silveira Gimenez. Sejam os senhores Conselheiros bem-vindos, bom trabalho a todos. Então Item 3 da Pauta. **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** A palavra está aberta. FERNANDO RUAS (ABES). BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Pois não Conselheiro Antônio. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, eu queria mais uma vez me solidarizar com os funcionários da SEMAD, pela sua operação padrão. A gente já vem falando isso em outras reuniões, mas eu gostaria de estar solidarizando novamente. Bom, segundo, eu gostaria, quando eu estava chegando é a questão do entulho que eu vi na Estrada, perto da Unidade de Conservação e junto com esse entulho vem lixo. E isso, segundo eles, foi a Prefeitura que jogou. Mas isso não é só da Prefeitura de Uberlândia, eu vejo a maioria das Prefeituras que não tem uma conservação de estradas. Então, isso aí toda chuva vai acontecer isso, nunca faz uma estrada que atenda, que faça ela corretamente. Então, o pessoal às vezes nem treinado, fica empurrando terra de qualquer maneira e dá que as estradas nunca vão estar em condições de tráfego. Então, isso é um protesto nosso e que sirva para as outras Prefeituras, que não deixe acontecer isso. Então, é muito triste a gente ver essas questões. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Conselheiro? SARGENTO HÉLIO (POLÍCIA MILITAR): Presidente, só para prestar um esclarecimento. Em relação ao material orgânico que foi jogado lá na estrada, o Secretário Municipal de Obras, Dr. Fernando, assumiu o compromisso comigo de retirar ainda hoje e vai me apresentar um relatório das providências adotadas, na segunda-feira, porque a Polícia Ambiental vai registrar o lançamento, mas vai registrar também a retirada do entulho. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Ok. Fica registrado. Conselheiro Fernando. FERNANDO RUAS (ABES): Eu gostaria de passar a palavra agora para os servidores. NÃO IDENTIFICADO: Bom dia a todos. Infelizmente o processo de negociação com o Governo de Minas Gerais a despeito de nossos esforços não encontra qualquer respaldo nas esferas governamentais. Assim, cumpre-nos informar oficialmente que os Servidores reunidos em Assembleia Geral, no dia 10 de novembro, decidiram pelo retorno imediato à Operação Padrão. Foi acordada a recomposição do valor do Vale Alimentação para R\$ 330,00 e a publicação de um Decreto para possibilitar a correta aplicação da Lei Regente da Gratificação da GEDAMA de modo a retirar o ilegal fator redutor. Foi pedido pelo Governo um voto de confiança dos Servidores, suspendemos a Operação Padrão para que o Governo pudesse cumprir com suas promessas, conforme combinado. No entanto, após o prazo limite de 07 de novembro de 2014 nada foi cumprido. Assim, foi decidido em Assembleia Geral dos



servidores, ocorrida em 10 de novembro de 2014, o retorno imediato da Operação Padrão. Em razão disso, os servidores não participarão das reuniões deste Conselho até que as reivindicações sejam devidamente atendidas. Portanto, diante da atual situação, estamos nos retirando da presente reunião. Obrigada. Falo em nome dos Servidores da SISEMA, desta Superintendência. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Só esclarecendo algumas coisas. Nós ainda continuamos em negociação, a Secretaria de Meio Ambiente continua em negociação da Comissão dos Servidores e eu tenho certeza que brevemente essas reivindicações serão equalizadas o mais rápido possível. Conselheiro Thiago. THIAGO (FIEMG): Bom dia a todos, Bertholdino, nós queremos só deixar o recado aqui do nosso Presidente Regional, o Sr. Pedro Lacerda, parabenizar pelo lançamento, pela abertura do Parque, por tudo que já foi falado e a FIEMG, a Federação das Indústrias, está à disposição como sempre para o que for necessário. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): A palavra continua aberta. Então, eu passo para o Item 4 da Pauta. **4. Exame da Ata da 113ª RO de 08/08/2014.** Em discussão. Em votação. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovada. Item 5 da Pauta. Só informando o procedimento deste Conselho, informando para mim na verdade. Eu leio toda a Pauta com todos os processos e aí os senhores Conselheiros ou os empreendedores ou alguém que assim achar por direito, pede vista ou destaque. É isso mesmo? Então, retornando, item **5. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva - Concedida "Ad Referendum":** 5.1 Frigorífico Prosperidad S.A. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares, etc.) - Araguari/MG - PA/Nº 12162/2011/001/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público. **6. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 6.1 Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia - DMAE / Estação da Tenda dos Morenos - Tratamento de água para abastecimento - Uberlândia/MG - PA/Nº 17677/2012/001/2013 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Destaque SUPRAM, destaque FREI RODRIGO (AMEDI) e destaque Ministério Público. 6.2 Repet Indústria de Embalagens e Frascos Plásticos Ltda. - Moldagem de termoplástico não organo-clorado, sem a utilização de matéria-prima reciclada ou com a utilização de matéria-prima reciclada a seco, sem utilização de tinta para gravação; moldagem de termoplástico não organo-clorado, sem a utilização de matéria-prima reciclada ou com a utilização de matéria-prima reciclada a seco, com utilização de tinta para gravação; moldagem de termoplástico não organo-clorado, com utilização de matéria-prima reciclada à base de lavagem com água, sem utilização de tinta para gravação; moldagem de termoplástico não organoclorado, com utilização de matéria-prima reciclada à base de lavagem com água, com utilização de tinta para gravação. - Uberlândia/MG - PA/Nº 42905/2013/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público. 6.3 Liderpetro Distribuidora de Petróleo Ltda. - Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos - Uberlândia/MG - PA/Nº 00382/2001/011/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público, destaque ABES também. **7. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva:** 7.1 Agripetro Transporte e Comércio de Combustíveis Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Ituiutaba/MG - PA/Nº 34087/2012/002/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público, destaque ABES também. **8. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação:** 8.1 INCA Incineração e Controle Ambiental - Transporte rodoviário de resíduos perigosos - classe 1 - Uberaba/MG - PA/Nº 14343/2014/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público. **9. Processos Administrativos para exame da**



Licença de Operação Corretiva: 9.1 A. Yoshi Engenharia e Construções Ltda. - Usinas de produção de concreto comum - Santa Vitória/MG - PA/Nº 21651/2013/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Sem manifestação, sem destaque. 9.2 Maria Efigênia Nunes EPP - Fabricação de produtos de perfumaria e cosméticos - Uberlândia/MG - PA/Nº 37919/2013/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público. **10. Processos Administrativos para exame de Revalidação de Licença de Operação:** 10.1 Servioeste Minas Gerais Ltda. ME - Transporte rodoviário de resíduos perigosos - classe 1 - Patos de Minas/MG - PA/Nº 18405/2007/004/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Sem manifestação, sem destaque. 10.2 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB - Armazenagem de grãos ou sementes não associada a outras atividades listadas, limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação - Uberlândia/MG - PA/Nº 18398/2005/002/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Para Indeferimento. Destaque Thiago (FIEMG). **Item 11. Processo Administrativo para exame do Adendo à Licença de Instalação:** 11.1 Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás - Unidade de Fertilizantes Nitrogenados V (UFN V) - Fabricação de produtos petroquímicos básicos a partir de nafta e/ou gás natural; dutos para transporte de produtos químicos e oleodutos - Uberaba/MG - PA/Nº 00148/2011/002/2011 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. Sem manifestação, sem destaque. **Item 12. Processo Administrativo para exame do Adendo à Licença de Operação Corretiva:** 12.1 Ana Carolina Aguiar Cardoso Naves e Outros / Fazenda Cachoeira - Culturas anuais, excluindo a olericultura; silvicultura; bovinocultura leiteira - Patrocínio/MG - PA/Nº 14081/2006/001/2008 - Classe 1. Apresentação: Supram TMAP. Destaque Ministério Público. **Item 13. Processo Administrativo para exame de defesa do Auto de Infração:** 13.1 José Geraldo da Silva / Fazenda Pitás - Culturas anuais excluindo a olericultura - Cruzeiro da Fortaleza/MG - PA/Nº 00006/2011/001/2011 - AI/Nº 12.288/2010 - Apresentação: Supram TMAP. Sem manifestação, sem destaque. Então, eu coloco em votação os itens 9.1; 10.1; 11.1 e 13.1. Em discussão. Em votação. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado. Então, agora eu retorno ao item 5.1 da pauta destaque MP (Ministério Público). CARLOS VALERA (PGJ): Bom dia a todos, observo que é um empreendimento Classe 5, então, queria fazer a propositura da Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM TMAP e queria também a informação sobre o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro. NÃO IDENTIFICADO: O empreendedor está presente? BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Equipe técnica ou o empreendedor? Bom dia Senhores, meu nome é CLÉSIO MEIRA, Prefeitura Municipal de Araguari e interessado no processo já inscrito. O de Bombeiro mudou a transição e a própria classe porque eles fizeram reformas e melhorias e em função disso o Bombeiro fez novas adequações. Eles então já finalizadas as adequações, mas o Bombeiro ainda não entregou o retorno para eles, exatamente pela mudança da categoria, mas já está todo complementado o projeto, conforme determina a legislação. Em função daqueles incêndios que ocorreram lá, mudaram alguns itens, eles readequaram e o projeto já está finalizado no Bombeiro. CARLOS VALERA (PGJ): Então, é só seguir aquela sistemática, Rodrigo, encaminhar cópia da Licença do Bombeiro para efeito de fiscalização. Muito obrigado. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Então, eu estou entendendo que tem a sugestão da Condicionante. Eu vou ler a Condicionante que fica com a seguinte redação: *“Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de 2012 (dois mil e doze).* Então, eu coloco. **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Bom, então, primeiro, seguindo a orientação jurídica, primeiro eu vou colocar em votação o



197 Parecer da equipe da SUPRAM e depois eu coloco em votação a Condicionante. Está Ok?
198 Então, eu estou colocando em votação agora, para ficar claro, o Parecer da equipe da
199 SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Os Conselheiros que são favoráveis
200 permaneçam como estão. Aprovado. Agora, eu coloco em votação a Condicionante sugerida
201 pelo Ministério Público que é a Condicionante já lida. Os Conselheiros que forem favoráveis
202 permaneçam como estão. THIAGO (FIEMG): Voto contra, por não ter encontrado no
203 processo o significativo impacto ambiental, que é o fato gerador da compensação solicitada
204 pelo Ministério Público. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Pelos mesmos motivos da
205 FIEMG. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Corroboro com o entendimento da FIEMG.
206 FERNANDO RUAS (ABES): Também contra. Pelos mesmos motivos. BERTHOLDINO
207 (PRESIDENTE): Ok. Aprovado com 04 (quatro) votos contrários, aprovado por maioria.
208 Agora, item 6.1 da pauta, então primeiro destaque da SUPRAM. KAMILA (SUPRAM): O
209 destaque é para corrigir a Condicionante número 12, só pra incluir na Condicionante que a
210 área em que é para ser apresentado o Projeto de Manejo de Conservação do Solo e
211 Recuperação da APP, que seja preferencialmente dentro do Município de Uberlândia. Ainda
212 com observação, inclusive de alerta dos próprios Conselheiros dessa URC, informar que a
213 comprovação do atendimento aos itens desse Anexo deverá estar acompanhada de ART emitida
214 pelo responsável técnico devidamente habilitado e incluir ainda no Auto Monitoramento, o
215 monitoramento de efluente líquido, entrada e saída da caixa sal, parâmetro sólidos suspensos,
216 sólidos dissolvidos, óleos e graxas, detergentes. Frequência: mensal. O relatório deverá ser
217 enviado semestralmente à SUPRAM até o dia 20 do mês subsequente os resultados das
218 análises efetuadas. O relatório deverá ser conclusivo e conter a identificação, registro
219 profissional e assinatura do responsável técnico pelas análises, além da produção industrial e
220 o número de empregados no período. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Em discussão.
221 FREI RODRIGO (AMEDI): Eu gostaria de pedir inclusão de Condicionantes de acordo com
222 Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Pau Furado com o DMAE
223 e do Conselho de Bacias, e a gente tem também aqui o Ofício do Dr. Orlando Rezende,
224 Diretor Geral do DMAE, concordando com essas Condicionantes. Que seriam a primeira: “*A*
225 *confecção do Plano Diretor de Água e Esgoto do Município de Uberlândia, com prazo de 18*
226 *(dezoito) meses para cumprimento da mesma*”; segunda: “*Execução da reforma da casa sede*
227 *administrativa do Parque Estadual do Pau Furado, conforme projeto já aprovado pela*
228 *DINFE*”; a terceira: “*Análise e monitoramento trimestral da qualidade da água dos córregos*
229 *presentes no interior do Parque Estadual do Pau Furado, de acordo com os parâmetros*
230 *estabelecidos na Resolução CONAMA 357/2005, no que se refere às Unidades de*
231 *Conservação de Proteção Integral, acompanhado de laudo conclusivo*” e a quarta: “*Plano de*
232 *Cooperação com o IEF, com objetivo de vigiar a área do PF localizada em frente à área do*
233 *novo sistema de produção de água potável de Uberlândia-MG. O DMAE deverá realizar o*
234 *monitoramento da entrada ilegal de pescadores na Unidade, além do registro e contato com*
235 *os funcionários do Parque sobre ocorrências de incêndio*”. BERTHOLDINO
236 (PRESIDENTE): Continua em discussão. Destaque MP, depois eu vou organizar a votação.
237 CARLOS VALERA (PGJ): Eu queria só incluir uma Condicionante para averbação, melhor,
238 a regularização da Reserva Legal, a exemplo do que nós em duas ou três reuniões atrás
239 incluímos num empreendimento lá de Iturama. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Só uma
240 dúvida aqui para o Presidente. Esse empreendimento é aqui, aí não tem sentido, tem? Não está
241 dentro da Unidade não? **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO
242 (PRESIDENTE): Ah. Está na zona de amortecimento. Ok. É só uma dúvida. Mais algum
243 Conselheiro para se manifestar? FREI RODRIGO (AMEDI): Eu queria solicitar que o técnico
244 do DMAE se pronunciasse também. NÃO IDENTIFICADO: Presidente, senhoras e senhores
245 Conselheiros, com relação às Condicionantes, com o Conselho do Parque e com o Comitê de



Bacia, o DMAE concorda, já tinha sinalizado isso, nós entendemos ser positivo isso também. Agora, com relação à compensação, é justamente a parte de compensação que o DMAE vai ter que fazer com relação às Unidades, ou seja, as espécies a serem retiradas, o item da Reserva Legal, nós entendemos conforme hoje os empreendimentos de interesse público; no parágrafo 2º da Lei 20.922 de 2013, artigo 25, “*não estão sujeitos a constituição de Reserva Legal os empreendimentos de abastecimento de água, tratamento de esgoto, disposição de resíduos sólidos urbanos e aquicultura em tanque-rede*”. No entendimento nosso, nós solicitamos que não haveria hoje essa imposição, entendemos do trabalho que nós temos que fazer com relação à recomposição e com relação ao programa que nós já temos de conservação das nascentes, um processo que vai avançar com relação ao manancial de abastecimento, nós iremos dar sequencia também em relação a essa área, aos córregos contribuintes aqui do entorno também. Então, essa é a posição do DMAE. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Eu queria só ouvir a Assessoria Jurídica da SUPRAM sobre essa questão da Condicionante da Reserva Legal. KAMILA (SUPRAM): Senhores Conselheiros, a gente respeita o entendimento do Ministério Público, mas no Parecer da SUPRAM e seguindo o nosso entendimento do novo Código Florestal Estadual, que é a Lei 20.922, no seu artigo 25, ele dispõe que “*não está sujeito à constituição de Reserva Legal os empreendimentos de abastecimento de água, tratamento de esgoto, adequada disposição de resíduos sólidos urbanos*” e por esse motivo a gente não exigia no âmbito desse processo a regularização da Reserva Legal. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Ok. Senhores Conselheiros? Então, a título de esclarecimento. **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Ah. Está inscrito. Desculpa, Mariana. MARIANA: Bom dia, como o empreendimento se encontra na zona de amortecimento do Parque, inclusive em frente a um dos acessos, eu gostaria de retificar a fala do Leocádio em relação às Condicionantes propostas que inclusive, reuniões do Conselho Consultivo do Parque do Pau Furado, teve votação unânime para essas Condicionantes. Então, um destaque especial a expansão do Projeto Buriti nos Córregos que estão localizados no interior da Unidade, porque aqui não menciona a localização, fala só da região. Então, por ter uma influência muito próxima eu também gostaria de fazer esse destaque para ter a expansão do Projeto Buriti nos Córregos no interior do Parque. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Pois não. KAMILA (SUPRAM): Mariana, a Condicionante 12 você não acha que atende o que você está colocando. MARIANA: Então, é porque não especificou. Então, por isso que eu gostaria que especificasse ainda mais, não colocou a localidade. KAMILA (SUPRAM): A intenção da equipe técnica da SUPRAM quando fez esse Parecer foi que os mananciais que abastecessem os reservatórios, que eles tivessem atenção especial. Foi esse o olhar da equipe técnica. Então, essa Condicionante que nós vamos aqui, a princípio que a equipe mantém. Ai com os Conselheiros, com todas possibilidades que eles tem, eles podem incluir de forma específica como você está requerendo. MARIANA: Muito obrigada, só isso. THIAGO (FIEMG): Bertholdino, só para a gente constar, já até antecipando o meu voto. Nós entendemos a necessidade do empreendimento, entendemos as propostas, mas a FIEMG não concordou, dentro do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Pau Furado, com a questão da Condicionante de Reforma de Estrutura. Isso é um entendimento nosso, posicionamento nosso, então, gostaria de deixar aqui claro para vocês, que por uma questão de alinhamento, nós não somos a favor. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): O DMAE. NÃO IDENTIFICADO: Bom dia a todos, Presidente, é uma honra estar aqui num momento tão importante na vida de toda nossa Comunidade de Uberlândia, diante de um momento que nós vivenciamos no Brasil todo, especificamente na nossa região também, a questão do abastecimento de água. Essa é uma obra fundamental para nossa população, os recursos que foram assinados estão à disposição vai fazer um ano agora em Dezembro e nós com certeza



correríamos o risco a não aprovação, de perder esse que é o maior investimento que a nossa cidade vai receber para abastecimento. Gostaria, em tempo, de ressaltar que nós retomamos, Diretor; primeiro, já tive a oportunidade de agradecer, Diretor do IEF a parceria com o DMAE, fomos contemplados com um prêmio esse ano, em Itabirito, pela parceria. Estamos completando, retomamos, Promotor, o ano passado o Programa Buriti, que ele revitaliza os Córregos, recupera as áreas degradadas. Nossa Gerência Ambiental, nós estamos completando o Plano de Plantio de cinquenta mil mudas agora em Dezembro, em todos os mananciais nossos do Uberabinha e do Bom Jardim, que abastece a nossa cidade, nós fizemos um TAC com o Promotor do Meio Ambiente, que havia no passado um acúmulo de recurso que deveria ser investido, que não foi no passado, que nós estamos agora, Diretor, investimento mais de três milhões e oitocentos, que era para estar investimento. Vamos completar o plantio de cem mil mudas agora 2015 nas áreas de captação, do manancial do Uberabinha e com certeza nós já estamos aqui numa parceria com o IEF para coleta seletiva e com a Secretaria de Serviços Urbanos também. Não teremos a menor dificuldade, as Condicionantes em que pesem ali a observação do representante da FIEMG, nós analisamos e não vejo dificuldade como compensação, Secretário, da recuperação, não há o menor problema para nós. E tenho certeza que a nossa parceria vai ser mantida e nós vamos executar essa obra tão importante, com o apoio e aprovação. Já o agradecimento antecipado de todos vocês, com a devida atenção. Muito obrigado. SARGENTO HÉLIO (POLÍCIA MILITAR): Presidente, com relação à ponderação da Mariana, eu queria, que no CODEMA, quando vai fazer a compensação, supressão de elementos arbóreos com restrição de corte ou imune de corte tem sido alegado a dificuldade de espaço para fazer a compensação. Como é uma área nova para esse plantio, saber do DMAE se tem dificuldade em atender essa demanda do Parque em atender o Projeto Buriti para os mananciais do Parque? **Áudio não identificado – fora do microfone.** SARGENTO HÉLIO (POLÍCIA MILITAR): Então, eu sugiro para os demais Conselheiros que seja então incluída essa extensão do Projeto Buriti para o Parque. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): O DMAE está de acordo? **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Ok, senhores Conselheiros? Então, só para questão. Espera aí, tem uma inscrição aqui também. Gustavo Malaco. Ok. Para organizar a votação agora, eu vou colocar a votação agora, primeiro, o Parecer da SUPRAM com as observações colocadas pela Assessoria Jurídica, depois eu coloco as outras Condicionantes sugeridas, está Ok? Então, senhores Conselheiros, coloco primeiro em votação o Parecer da SUPRAM com as observações já registradas aqui pela Assessoria Jurídica. Os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado. Agora eu vou colocar em votação as Condicionantes lidas. **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Pode colocar em bloco. Eu estou entendendo que já está. **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Não, uma a uma. O Conselho prefere uma a uma. **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO (PRESIDENTE): A sugestão aqui é que eu coloque em bloco as Condicionantes que o DMAE é favorável. Pode ser? Eu pergunto ao Conselho. **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Então, eu vou colocar em votação. Eu tenho que ler uma por uma de novo. Então, Condicionante, vou falar número 1, mas depois ela vai ter uma ordem dentro do Parecer: *“Execução da reforma da casa sede administrativa do Parque Estadual do Pau Furado, conforme projeto já aprovado pela DINFE”*. Os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. O IEF é muito favorável. THIAGO (FIEMG): Abstenção. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): O prazo é a formalização da Licença de Operação. Aprovada, com abstenção da FIEMG. Condicionante 2, depois vai mudar a ordem: *“Análise e monitoramento trimestral da qualidade da água dos córregos presentes no interior do Parque Estadual do Pau Furado, de acordo com os*



parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA 357/2005, no que se refere às Unidades de Conservação de Proteção Integral, acompanhado de laudo conclusivo. Prazo: formalização da LO”. Os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovada. Condicionante 3: Plano de Cooperação com o IEF, com objetivo de vigiar a área do PF localizada em frente à área do novo sistema de produção de água potável de Uberlândia-MG. O DMAE deverá realizar o monitoramento da entrada ilegal de pescadores na Unidade, além do registro e contato com os funcionários do Parque sobre as ocorrências de incêndio”. Prazo: formalização da LO”. Esse eu acho que é contínuo. Eu vou colocar aqui que é durante a vigência da Licença. Os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovada. Número 4: “A confecção do Plano Diretor de Água e Esgoto do Município de Uberlândia, com prazo de 18 (dezoito) meses para cumprimento da mesma”. É isso mesmo? Então eu coloco a número 4, em votação. A condicionante é a seguinte, então, a número 5 agora: “Expansão do Projeto Buriti à margem esquerda do Projeto de Captação do DMAE, especificamente nos Córregos que percorrem o Parque além da Conservação das Nascentes da região. Prazo: 180 dias”. É isso? **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Do projeto? GERALDO (DMAE): Só colocar, dentro do Município de Uberlândia. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Então, dentro do Município de Uberlândia. Ok? Registrado? Os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. SARGENTO HÉLIO (POLÍCIA MILITAR): Presidente, nos termos propostos pela Mariana, Gerente do Parque Pau Furado. **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO (PRESIDENTE): É Ata da reunião então. Ok. Aprovada. E a Condicionante número 6 agora: “Regularização da Reserva Legal”. Então, os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Voto contra, pela ilegalidade. THIAGO (FIEMG): Abstenção. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Pela ausência de previsão legal. FERNANDO RUAS (ABES): Contra. Sou a favor do Parecer Jurídico da SUPRAM, que não vê em estabelecimentos dessa característica previsão de Reserva Legal. FRANCISCO FRAIETTA (SEDRU): Contra, pelos mesmos motivos. ANA LÚCIA (CODEMA): Contra, por falta de previsão legal. GILBERTO (SEAPA): Também sou contrário. Favorável ao Parecer Jurídico da SUPRAM. PATRÍCIA (SETOP): Acompanhando o Parecer Jurídico da SUPRAM, sou contra. THIAGO (FIEMG): Presidente, nós estamos votando a Condicionante referente à Reserva Legal solicitada pelo Ministério Público? BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Sim. THIAGO (FIEMG): Ah, sim. Então, a FIEMG é contrária a essa Condicionante por não haver previsão legal que sustenta. SARGENTO HÉLIO (POLÍCIA MILITAR): Presidente, em razão do vínculo paradigmático da atuação da Polícia Militar, ser o princípio da legalidade objetiva, embora, eu concorde com o Ministério Público, na preocupação dele, mas, como instituição do Poder Executivo nós não temos como posicionar diferente em relação a isso. Então, por isso eu acompanho a dissidência. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Contra? Voto contra? Para ficar registrado. SARGENTO HÉLIO (POLÍCIA MILITAR): Eu acompanho o parecer da SUPRAM. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Ok. Então, voto contrário. Mais algum Conselheiro? Essa Presidência também, por questões legais também acompanha o Parecer da SUPRAM e vota contrário. Então, foram 10 (dez) votos contra e 08 (oito) favoráveis. Portanto, rejeitada a Condicionante. Só uma observação Conselho, sobre a Condicionante aprovada número 6, sobre a questão do Projeto da Expansão do Projeto Buriti, o prazo para elaboração desse projeto é 180 (cento e oito) dias. É o projeto não é isso? Só para não ficar, eu estou preocupado com o prazo. **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Então, eu vou corrigir essa Condicionante, porque não ficou claro aqui na hora. Na verdade é o seguinte: “Apresentar Projeto de Expansão do Projeto Buriti à margem esquerda do Projeto de Captação do DMAE, especificamente nos Córregos que percorrem o Parque além da



393 *Conservação das Nascentes no Município de Uberlândia. Prazo: 180 dias para apresentar o*
394 *Projeto”. Está claro, Conselho? Então, aprovado com essas observações. Item 6.2, agora,*
395 *destaque MP. Eu vou quebrar o Protocolo só um minutinho. NÃO IDENTIFICADO:*
396 *Agradecer, Presidente, nesse Programa Buriti, a contribuição, o fornecimento de milhares de*
397 *mudas que o IEF tem feito e nós estamos fazendo, com certeza vamos cumprir rigorosamente*
398 *todo. Lembrando que esse é um dos motivos que o DMAE tem sido tão bem classificado,*
399 *segundo o Instituto Trata Brasil, como Instituto de saneamento modelo, não só pelo*
400 *fornecimento da água tratada, coleta do esgoto, cumprindo todas as normas com a SUPRAM,*
401 *nos relatórios do nosso efluente, como também faremos todos os cumprimentos dessas*
402 *Condicionantes. Agradeço mais uma vez a vocês e vamos cumprir a todos. Um bom dia a*
403 *todos e um bom trabalho. Muito obrigado. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Só quebrando*
404 *Protocolo também, em nome do Instituto Estadual de Florestas não poderia deixar de*
405 *agradecer também essa parceria com o DMAE, inclusive na parceria de hoje, vocês nos*
406 *ajudaram aí nas estradas para inauguração desse Parque. O IEF (Instituto Estadual de*
407 *Florestas) fica muito grato à essa parceria e esperamos, que nós somos que nunca vizinhos*
408 *agora. NÃO IDENTIFICADO: Presidente, fazendo justiça aqui, o Secretário informou que a*
409 *colocação desse material foi única e exclusivamente por não ter material seco, cascalho,*
410 *inclusive estamos providenciando. Então que vai providenciar a retirada e a colocação de*
411 *outro, inclusive tem feito, com barraginhas e curvas de nível, ajudando muito na manutenção*
412 *de todas as estradas de forma bem correta. Obrigado então, fica a explicação e justificativa do*
413 *Secretário. Obrigado. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): OK. Item 6.2, destaque MP.*
414 *CARLOS VALERA (PGJ): É só um esclarecimento, se o empreendimento tem frota de*
415 *veículos a diesel? BERTHOLDINO (PRESIDENTE): A equipe SUPRAM. JOSÉ ROBERTO*
416 *(SUPRAM): Os veículos a diesel, eles tem veículos a diesel. CARLOS VALERA (PGJ): Eu*
417 *não vi o monitoramento da Portaria 85, está no Parecer? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Eu*
418 *não lembro. **Áudio não identificado – fora do microfone.** BERTHOLDINO*
419 *(PRESIDENTE): Só uma conferida. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Não está. CARLOS*
420 *VALERA (PGJ): Então, eu queria propor o Auto Monitoramento da Portaria IBAMA 85/96.*
421 *JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Concordamos. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Então, eu*
422 *coloco em votação o Parecer Único da SUPRAM, com a inclusão no Auto Monitoramento*
423 *que é: “Promover na Licença o Auto Monitoramento do veículos e máquinas próprios e/ou*
424 *terceirizados, movidos a óleo diesel, nos termos da Portaria IBAMA 85/96”. A equipe técnica*
425 *favorável? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): A equipe favorável. BERTHOLDINO*
426 *(PRESIDENTE): Então, em colocação em votação o Parecer com essa observação já lida. Os*
427 *Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado. Item 6.3 da pauta,*
428 *destaque MP. CARLOS VALERA (PGJ): É empreendimento Classe 5, eu queria propor a*
429 *Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM TMAP.*
430 *BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Ok. FERNANDO RUAS (ABES): Eu gostaria saber de*
431 *detalhar um pouco isso aqui, pelo seguinte. É um empreendimento que já foi aprovado a*
432 *Licença de Operação na COPAM nº 106, é um empreendimento que está em operação há*
433 *cerca de 40 anos, ou seja, anterior à Lei do SNUC e eu gostaria, se possível, o responsável*
434 *técnico ou alguém identificasse esses impactos. Porque nós estamos falando aqui de uma base*
435 *de armazenagem e distribuição de combustíveis, se tivesse uma operação padrão regular, sem*
436 *nenhum tipo de acidente eu não consigo enxergar o significativo impacto. Alguém poderia ou*
437 *o responsável técnico da empresa. Bom dia, MARCOS PEIXOTO CRUZ (RESPONSÁVEL*
438 *TÉCNICO PELOS ESTUDOS APRESENTADOS): Nós não visualizamos em nenhuma parte*
439 *do processo de licenciamento impacto ambiental significativo não mitigável. FERNANDO*
440 *RUAS (ABES): Perguntar agora para o Jurídico. De acordo com a tabela 1 que faz o cálculo*
441 *dos indicadores ambientais para relevância dos significativos impactos ambientais, o jurídico*



442 viu alguma coisa ou a equipe da SUPRAM que fundamente isso aí nesse caso? JOSÉ
443 ROBERTO (SUPRAM): Conselheiro Fernando, só posso manifestar com EIA/RIMA, para
444 lhe falar do significativo impacto. FERNANDO RUAS (ABES): E tem o EIA/RIMA? JOSÉ
445 ROBERTO (SUPRAM): Não, esse é uma ampliação. FERNANDO RUAS (ABES): Então,
446 nesse caso é por isso que eu gostaria de colocar para os demais Conselheiros, eu vi aqui, são
447 vários fatores de relevância, interferência, supressão de vegetação acarretando fragmentação,
448 emissão de gases contribuem para o efeito estufa. No caso, se a Base estiver todos os sistemas
449 de controle implantados, como no PCA, eu não consigo visualizar esses impactos
450 significativos. É por isso que eu gostaria de solicitar que sejamos contra, nesse caso
451 específico. CARLOS VALERA (PGJ): Bom, primeiro, a própria Lei que define grande
452 impacto, tanto é que ele está classificado na DN como Classe 5 e eu desafio a alguém me
453 provar que qualquer atividade não gera impacto. Toda atividade era impacto, isso é um fato. E
454 aí eu fico me perguntando, olha aqui, Controle de Impactos Ambientais, ou seja, o próprio
455 Parecer identifica. Agora, se o impacto é significativo, eu acho que a DN define, ela diz
456 Classe 5, 6 é grande impacto. Então, eu acho que nós estamos discutindo o “sexo dos anjos” e
457 outra coisa, exigir o EIA/RIMA, isso prejudica o empreendedor. Então, vamos baixar em
458 diligência para ele fazer um EIA/RIMA porque é Classe 5. Eu acho que é prejudicial ao
459 empreendedor. Então, é nessa perspectiva, isso já foi falado, refalado, trifalado nesse
460 Conselho. A presunção decorre da própria classificação do empreendimento. Agora, nesse
461 caso específico ele já está sendo beneficiado, porque a rigor, Classe 5 e 6 deveria ser
462 licenciado por EIA/RIMA, não o é. Estamos colocando a questão do SNUC, vamos dizer
463 assim, mitiga essa situação e vamos também falar assim de forma bem clara, o valor do
464 SNUC nessas situações que o Conselho recorrentemente vem Condicionando o SNUC não é
465 significativo para o empreendedor. Agora, para defesa dos nossos Parques qualquer centavo é
466 válido, qualquer centavo. Então, é por isso que eu queria chamar, pedir o apoio dos
467 Conselheiros, como já fizemos no processo anterior. Eu não sei por que esse empreendimento
468 especificamente tem que ser diferente dos outros. Queria insistir na questão do SNUC.
469 FERNANDO RUAS (ABES): Caro Conselheiro, o que eu não consigo enxergar é o
470 significativo impacto ambiental. Classe 1, 2, 3, 4, 5 nós estamos falando de porte do
471 empreendimento. Porte é uma coisa, classificação do empreendimento é outra. Então, no meu
472 entendimento, eu não consegui enxergar aqui no Decreto, no Anexo I do Decreto e o próprio
473 Parecer da SUPRAM também não condicionou isso. É por isso que nesse caso específico, de
474 um empreendimento que já está há mais de 40 anos funcionando, já está Licenciado, eu não
475 concordo, nesse caso específico, com a inclusão da Condicionante. THIAGO (FIEMG):
476 Respeitando a argumentação no nosso nobre colega Carlos Valera, é o que eu venho
477 discutindo há um tempo aqui, Fernando. Não que nós não entendamos que existem impactos
478 quando a atividade, seja ela qual for, o simples fato de nós estarmos aqui hoje está causando
479 impacto. O que nós estamos querendo que seja entendido por vocês Conselheiros é que
480 quando se pede uma compensação ambiental, a justificativa legal dela, o seu fato gerador é
481 que tenha sido identificado esse significativo impacto ambiental e no processo, pelo que eu
482 entendi, o Fernando vem questionando o seguinte, se é um empreendimento que já existe há
483 tanto tempo, se nós estamos tendo uma ampliação para Base de Armazenamento, ele não está
484 entendendo que há um significativo impacto em fazer essa ampliação e por isso não
485 justificaria a inclusão dessa Condicionante. É isso Fernando? FERNANDO RUAS (ABES):
486 Isso. SARGENTO HÉLIO (POLÍCIA MILITAR): Presidente, eu, pelos mesmos argumentos
487 eu tive que discordar do Ministério Público na votação anterior, nessa eu adiro à preocupação
488 dele, porque o parâmetro da atuação do agente fiscalizador, além do Decreto, é a DN 74 que
489 classifica quanto ao porte e potencial poluidor. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Ok?
490 Discussão definida? Então, eu coloco em votação, primeiro o Parecer Único da SUPRAM. Os



Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado. Agora eu vou colocar em votação a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, a Assessoria Jurídica está me orientando que eu não preciso de ler mais. Ok? Então, eu coloco em votação. Os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. THIAGO (FIEMG): Pelas razões anteriormente expostas. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Pelas mesmas razões. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Pela exposição do Conselheiro Thiago. FERNANDO RUAS (ABES): Contra. Pela exposição e pela não detecção, no meu ponto de vista, do significativo impacto no empreendimento. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Mais algum Conselheiro? Só por questões, como eu sou Diretor Geral do IEF e é quem vai receber essa Condicionante, eu me abstenho. Só por questões. E me abstenho nas outras também, porque senão fica no mínimo esquisito. Então, aprovada com 04 (quatro) votos contrários. Item 7.1 destaque MP e ABES. Eu estou entendendo que é a mesma discussão, correto Fernando? CARLOS VALERA (PGJ): Exatamente, Sr. Presidente, é fazer a proposta da Condicionante da Lei do SNUC. Acho que a discussão anterior, nós temos condições de votar. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Primeiro eu coloco em votação o Parecer Único da SUPRAM. Os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado. Agora eu coloco em discussão a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC. Eu acredito que continua a mesma votação. FERNANDO RUAS (ABES): Eu só gostaria de colocar que nesse caso específico, no próprio Parecer da SUPRAM, no item 10, eu vou ler aqui para os demais Conselheiros: *“O empreendimento analisado não é passível de incidência da compensação ambiental nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e do Decreto 45.175, de 17 de setembro de 2009, considerando que a operação regular e controlada do empreendimento não acarretará impactos capazes de comprometer a biodiversidade da área que abrange”*. Nesse caso específico, o Parecer que nós acabamos de aprovar já está indo a favor dos argumentos que nós discutimos anteriormente. Só ressaltar isso. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Bom, eu já coloquei o Parecer, foi aprovado. Agora eu coloco a Condicionante. Algum Conselheiro mudou a sua votação? Só para deixar registrado. Continuam com o mesmo número? Então, aprovado com 04 (quatro) votos contrários, que é da FIEMG, FEDERAMINAS, FAEMG, ABES e abstenção do Instituto Estadual de Florestas, da Presidência. Aprovada então. Item 8.1 destaque MP. CARLOS VALERA (PGJ): É também com relação a AVCB, então, Rodrigo, só encaminhar para efeito de fiscalização. Muito obrigado. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Bom, então eu coloco em votação o Parecer Único da SUPRAM, com as observações relatadas pelo Ministério Público. Os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado. Item 9.2 destaque MP. CARLOS VALERA (PGJ): Mesma coisa, Sr. Presidente, a questão do AVCB, então, para que a SUPRAM encaminhe para Corpo de Bombeiros para efeito de fiscalização. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Fica registrado. Eu coloco em votação o Parecer Único da SUPRAM. Os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado. Item 10.2 destaque FIEMG. THIAGO (FIEMG): Eu gostaria de pedir vistas de processo. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Vista FIEMG. Item 12.1 destaque Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): Só um esclarecimento também, com relação a Reserva Legal do empreendimento. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): A equipe da SUPRAM. É o item 12.1. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Só um minutinho Conselheiro. CARLOS VALERA (PGJ): Claro. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Senhor Conselheiro, a Reserva consta averbada. CARLOS VALERA (PGJ): Ah não, então está ótimo. Estou satisfeito. BERTHOLDINO (PRESIDENTE): Bom, então eu coloco em votação. Os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado. Item 14 da Pauta. **14. Encerramento:** Algum Conselheiro? Então, eu queria só mais uma vez, em nome do Instituto Estadual de Florestas, agradecer a esse Conselho por ter colocado essas Condicionantes, a criação do Parque Estadual do Pau Furado. Agradecer, é uma honra de estar



aqui como Presidente, viu Rodrigo, presidindo essa reunião aqui e dizer também que o Parque está aberto, à disposição de todos os Conselheiros, quando quiser fazer reunião do COPAM que fique à vontade. Muito obrigado a todos. Declaro encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, após o Presidente agradecer a presença de todos encerrou-se a reunião e eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada. Uberlândia, 14 de novembro de 2014.

BERTHOLDINO APOLÔNIO TEIXEIRA JÚNIOR – (presidente)